

III CONPES - Congresso de Pesquisadores de Economia Solidária “A economia solidária diante da grande crise pandêmica”

**A extensão na frente da formalização.  
O caso da incubação comunitária fomentada pelo Coletivo Recicla Goiás**

Jaqueline Vilas Boas Talga (UFG)

[jtalga@ufg.br](mailto:jtalga@ufg.br)

Dra. em Ciências Sociais

Tiago Camarinha Lopes (UFG)

Dr. em Economia

Fabiana Itaci Corrêa de Araújo (UFG)

Mestre em Psicologia

GT 10- Catadores e catadoras de materiais recicláveis e economia solidária: articulações possíveis e desafios

## **Resumo**

Este artigo registra a experiência de incubação de uma cooperativa de trabalho de catadores e catadoras na Cidade de Goiás, GO. A partir de 2018, formou-se um coletivo com o propósito de viabilizar o cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos no município, composto por instituições acadêmicas, religiosas e da sociedade civil. As etapas dessa incubação são descritas em conjunto com uma autoanálise que reforça a importância do caráter comunitário e extensionista das ações de formação em economia solidária. Em específico, relatamos que o contexto da pandemia de COVID-19 forneceu uma justificativa adicional a partir de abril de 2020 para a implementação da coleta seletiva, e que tal ação pode ser replicada em outras localidades, uma vez que a implementação da gestão de resíduos sólidos contribui para a promoção da saúde coletiva e diminui os riscos de contágio a partir do contato com materiais descartados de forma irregular no território do município.

Palavras-chave: Extensão. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Trabalho coletivo.

## **1 Introdução**

A economia solidária foi afetada duramente pela grande crise pandêmica a partir de 2020. Contudo, devido à sua força descentralizante e sua característica de promover uma outra forma de produzir e viver, a economia solidária também encontrou novos caminhos e continuou a brotar nos últimos meses. De fato, o caso apresentado aqui revela que a economia solidária

não é só um recurso de defesa reativa, mas tem também enorme capacidade propositiva para vencer os desafios de uma pandemia viral.

Este trabalho relata a experiência de incubação comunitária de uma cooperativa de trabalho de catadores e catadoras de material reciclável na Cidade de Goiás, Goiás, Brasil, ao longo do período entre 2018 e 2021. Enfatizamos que este é um tipo de ação intrinsecamente coletiva e que todo o processo de formalização legal da mesma decorre como consequência da atividade concreta. Em outras palavras: as atividades de extensão vão na frente, puxando a formalização que pode ocorrer a posteriori, depois que foram formadas e desenvolvidas as relações de trabalho e cooperação requeridas para o sucesso da incubação. Essa ideia é importante para destacar que buscar a formalização antes de estabelecer bases sólidas de prática efetiva de incubação e formação em economia solidária de acordo com a realidade local, pode resultar em frustrações.

A história da constituição da cooperativa de catadores e catadoras da Cidade de Goiás, chamada Recicla Tudo, é uma história compartilhada, feita a muitas mãos. A formalização desta cooperativa, assim como todos os aspectos de registro das atividades extensionistas em torno da incubação, são comunitários no sentido de que não existe uma única entidade responsável pela realização do projeto. Extensão e formalização são entendidos aqui como momentos distintos. Enquanto a extensão se refere à prática de construção das relações de cooperação e trabalho efetivo, a formalização se refere ao registro dessa prática nos moldes requeridos pelo mundo da legalidade. Assim, a reunião de sujeitos interessados em fundar uma cooperativa, sua fundação e consequente desenvolvimento são entendidas como práticas de extensão. O registro da cooperativa junto ao Estado, assim como o registro dos projetos e ações extensionistas nas Universidades, são entendidas como atividades de formalização. De acordo com nossa experiência, a extensão deve ir na frente da formalização, abrindo o caminho para um processo sólido de registro posterior que evita o individualismo e reforça o aspecto comunitário.

O pano de fundo da fundação da cooperativa e das atividades de extensão relacionadas é a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Instituída pela Lei 12.305 de 2010 (Brasil, 2010), a PNRS determina os parâmetros para que todos os municípios brasileiros realizem a gestão de seus resíduos sólidos. O propósito é proteger o meio ambiente, atenuar os efeitos poluidores da produção em massa e atender as populações desprotegidas que sobrevivem da coleta e reciclagem dos materiais recicláveis. Apesar de possuir algumas fragilidades, a Lei 12.305 é uma conquista que abriu uma nova era no Brasil no que se refere ao cuidado com os resíduos sólidos.

Os resíduos sólidos são todos os materiais manuseáveis que são descartados após a etapa do consumo no circuito econômico. Uma das principais ações para a correta gestão de resíduos sólidos consiste na separação entre aqueles materiais que são mais facilmente decompostos pela natureza (orgânicos) e que podem ser acondicionados em aterros sanitários e aqueles materiais que podem ser reutilizados de novo no circuito produtivo (recicláveis). Os trabalhadores e trabalhadoras que realizam essa atividade crucial são os catadores e catadoras de materiais recicláveis. É por meio de suas mãos que se evita maior destruição do meio ambiente e é assim que eles e elas garantem seu sustento econômico.

A gestão de resíduos sólidos ainda tem um longo caminho a ser percorrido, inclusive nas grandes cidades do país. Muitas cidades ainda têm lixões a céu aberto e no Estado de Goiás

a situação não é diferente. O caso aqui relatado tem algumas especificidades que contribuem para o processo de incubação comunitária, mas que por si só não eliminam os desafios que a Economia Solidária sempre enfrenta. Após apresentarmos estas especificidades, compartilhamos também as dificuldades e fazemos um resumo sobre a situação atual.

## **2 A realidade local**

A Cidade de Goiás reúne algumas características propícias ao engajamento coletivo em tópicos relacionados com o meio ambiente. Segundo Delgado (2005), a Cidade de Goiás é uma localidade cujo valor histórico e cultural foi construído num esforço consciente permeado por conflitos e disputas contra o esquecimento. Entre diversas celebrações culturais, a cidade é sede do Festival Internacional de Cinema Ambiental (FICA), realizado desde 1999. Neste evento são apresentadas produções cinematográficas e realizadas performances artísticas com temática sociedade e natureza.

Por ocasião da edição 2018 deste evento, realizamos uma mesa de discussão sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos na Tenda Multiétnica, um espaço de debates, mesas redondas, palestras e exposição. A conversa em torno da gestão de resíduos sólidos contou com a participação de diversos sujeitos de diferentes campos e com distintas experiências. Alguns tinham experiência com o processo de fechamento de lixões, principalmente com os aspectos sociais e de contato com os catadores e catadoras, outros compartilhavam sua experiência com a questão ambiental e de saúde, enfatizando a importância de iniciar a gestão de resíduos no município.

O formato de roda possibilitou uma rica troca de ideias e definiu a metodologia do nosso trabalho: decisões democráticas, em um ambiente dialógico. Este é o princípio da autogestão da Economia Solidária, como viemos confirmar posteriormente. Nota-se que não tínhamos um programa pré-definido de como promover os valores da Economia Solidária. A postura original de ouvir todos e todas sem hierarquizar acabou reforçando a posteriori a adesão formal a um conceito teórico, que depois vimos que era o da Economia Solidária. A Economia Solidária não é um bloco de diretrizes fixas, as quais os participantes precisam primeiro conhecer para depois aplicar, mas sim um conjunto de valores que já reflete a sabedoria popular.

Nessa etapa, criou-se uma noção comunitária de que a Cidade de Goiás precisava resolver seu problema com o lixo. Afinal, todo o resíduo gerado na área urbana vinha sendo despejado há muitos anos numa área distante aproximadamente 5 km da área urbana. Isso criou um lixão que estava poluindo a terra, a água e o ar. E como sói acontecer em economias terrivelmente desiguais como é o caso da economia brasileira, pessoas buscavam seu sustento nesse lixão.

Eram os catadores e catadoras locais, que garimpam naquela montanha os materiais que são comprados pela indústria recicladora. A indústria capitalista aprendeu que, em certas ocasiões, é mais barato reutilizar certos materiais ao invés de refazer todo o processo de extração das matérias primas brutas. Assim, ao juntar e organizar cada um desses materiais em bags separados, os catadores e catadoras vendem tais resíduos (plásticos, papéis, vidros, cobre, etc.) obtendo sua renda. Este é um trabalho especial no sentido que ele limpa e atenua os efeitos da poluição capitalista. Contudo, ele ocorre em um cenário de total desproteção. Por um lado

existem relações sociais de produção muito agressivas e opressoras devido ao fato de esse ser um setor em que impera a lei do valor livremente. Cada catador e cada catadora está praticamente só num processo de competição mercantil totalmente desregulamentado. Ademais, as condições de trabalho estão fora dos parâmetros de segurança conforme preconiza a Constituição brasileira.

Do ponto de vista legal, tudo parecia muito simples. Conforme a Lei 12.305/2010, todo município brasileiro é obrigado a fechar os seus lixões. Ou seja, é necessário bloquear o acesso das pessoas a esse espaço. A grande questão é: onde essas pessoas poderiam continuar a realizar esse trabalho fundamental de limpeza e geração de sua própria renda? E como viabilizar essa transformação sem violência, uma vez que ela envolve diversos fatores, entre eles a própria posição contrária a mudanças dos sujeitos diretamente afetados por essa ação estatal?

A resposta estava nos ensinamentos da Economia Solidária. Os catadores e catadoras precisavam se organizar para que a política pública de fechamento do lixão de fato os beneficiasse. Para sair do lixão com dignidade para um local com condições de trabalho constitucionais, seria preciso uma série de reuniões, conversas, estudos e trocas de ideias. Em síntese, eles e elas precisavam fundar uma cooperativa de trabalho para ser instalada em um galpão de triagem já existente na cidade, mas indevidamente ocupado por um particular, de modo que pudessem continuar trabalhando com os materiais recicláveis e preparando-os para a venda à indústria de transformação. Essa seria uma transformação profunda. Ao invés de coletarem do lixão o material valioso, eles e elas fariam a triagem de todos os materiais recicláveis que teriam sido previamente separados pela população em um espaço próprio para esse trabalho. Tais materiais chegariam ao galpão pela coleta seletiva, contribuindo com todo o processo e viabilizando a formalização de um trabalho de alto valor e impacto positivo sobre a saúde de toda a população da cidade. Apesar do evidente benefício dessa mudança, as complexidades envolvidas desmobilizam os gestores públicos. Ao notarmos que a implementação da política pública de gestão de resíduos sólidos requer uma intensa colaboração por parte de educadores e educadoras, iniciamos uma mobilização de acompanhamento dessa fase crítica na história das trabalhadoras e trabalhadores da catação na Cidade de Goiás. Foi assim que três pilares de sustentação foram identificados, e que teriam que funcionar juntos: catadores e catadoras organizados, gestores públicos e agentes incubadores.

### **3 A incubação comunitária: extensão na frente da formalização**

Ao longo de 2019 foi então formada uma equipe de incubadores e incubadoras. São os agentes educadores responsáveis por facilitar o processo organizativo destes trabalhadores catadores e catadoras, assim como viabilizar o diálogo com o poder público. Contamos nesse grupo com professores universitários, estudantes, religiosos, profissionais liberais das áreas da contabilidade, direito e comunicação. Esse grupo recebeu o nome de Coletivo Recicla Goiás, enfatizando o poder da união e do trabalho em equipe para realizar tarefas cuja complexidade não pode ser contornada por esforços individuais e desorganizados. O acúmulo de experiência prévia que funcionou como pontapé inicial para o Coletivo foram trazidos pelo projeto Crisálida em Aparecida de Goiânia, GO, que congrega diversos voluntários e entidades guiadas pela cosmovisão da Economia Solidária e pela Incubadora Social da UFG, que atua há mais de

10 anos com o acompanhamento da formação e desenvolvimento de cooperativas de catadores e catadoras em Goiânia, GO.

O Coletivo Recicla Goiás reúne diferentes instituições e pessoas pela implementação da PNRS no município de Goiás, GO. As instituições de ensino superior que integram o coletivo são o IFG (Instituto Federal de Goiás), a UEG (Universidade Estadual de Goiás) e a UFG (Universidade Federal de Goiás), todas com campus na Cidade de Goiás. Ativos no processo de formação de todos e todas envolvidos são também os frades dominicanos, trazendo dinâmicas de interação que reforçam os vínculos sociais e afetivos entre todos e todas participantes. Sindgoias, Hanza Studio, ESSÁ e Silmôe Filmes são demais membros do Coletivo que contribuem de diferentes modos para o sucesso da incubação e para o avanço da pauta dos resíduos sólidos no município.

Compreendemos que o carro chefe da aplicação da Lei é a coleta seletiva e que o compromisso por parte do poder público é fundamental. Os primeiros passos foram: contribuir para a organização dos catadores e catadoras de materiais recicláveis (que na época coletavam principalmente no lixão) e o diálogo constante com o poder público. No decorrer dos dois anos de atuação, realizamos vivências em cooperativas; fizemos o mapeamento dos resíduos, realizamos audiência pública na câmara de vereadores, iniciamos a construção da minuta da Lei de coleta seletiva solidária, fizemos pesquisas em torno da economia solidária e dos resíduos sólidos. Foram ainda criados materiais audiovisuais, oficinas, encontros de formação de cooperativa e visitas constantes aos catadores e catadoras no lixão. Os principais desafios consistiram em: contribuir com nosso papel educativo, sensibilizador e fortalecedor de vínculos; fazer o poder público compreender os possíveis caminhos, se comprometer com a organização dos catadores e catadoras em um empreendimento de trabalho cooperativo solidário.

A audiência pública na Câmara Municipal selou o compromisso dos vereadores em apoiar o projeto no final de 2019, e os catadores e catadoras realizaram uma assembleia em fevereiro de 2020 para fundar a Cooperativa de Catadores e Catadoras da Cidade de Goiás, com o nome fantasia Recicla Tudo. Esse foi um grande momento de aprendizado: a realização de uma assembleia chamando todas as pessoas que viviam da catação no território. Foram dias passando com carro de som, pegando contatos, conhecendo cada pessoa que recolhia do lixão e também das ruas de pedra da histórica cidade os materiais vendáveis para a indústria recicladora.

Em seguida, foi iniciada a Coleta Seletiva no município, de modo que os materiais recicláveis fossem levados diretamente até o local de trabalho da cooperativa. Esse processo marcou a ruptura do modus operandi tradicional de lida com o lixo na cidade. Ao invés de descartar os resíduos em uma única modalidade, toda a população foi estimulada a separar seus resíduos e seguir o cronograma de descarte que começava a ser traçado. Aqui, foram feitas campanhas em rádio e com carro de som, anunciando que “Goiás vai ter coleta seletiva!”.

Inicialmente a cooperativa contava com 7 cooperados e cooperadas, e ela foi instalada em um local provisório, em uma casa de propriedade do poder executivo municipal que tinha uma área externa capaz de acomodar os materiais, ainda que de modo bastante precário (mas já muito melhor do que a situação anterior no lixão). Foram feitas muitas reuniões com os catadores e catadoras, agora cooperados e cooperadas, para discutir esse novo modo de trabalho: o trabalho coletivo em cooperativa, que se guia pelos princípios da economia

solidária. Essa foi uma mudança profunda no cotidiano de todos e todas, que trazia novidades, assim como muitos desafios. Trabalhar junto não é só maravilhas, mas todos e todas notavam que havia ali um aspecto poderoso que antes nunca aparecia no dia a dia de trabalho. A dimensão educacional era uma constante e um elemento forte. O fator renda aparecia como algo importante sim, mas não mais como o único regulador da dinâmica de trabalho.

Logo no seu primeiro ano de atividade em 2020, a cooperativa enfrentou os desafios da pandemia, que prejudicou bastante os encontros presenciais de formação. Mesmo assim, houve muita mobilização para que todos os desafios fossem superados. Naquela altura as seguintes tarefas estavam em pauta: (1) instalação da cooperativa no galpão de triagem que vinha sendo utilizado por um agente privado, (2) consolidação e formalização da coleta seletiva, (3) formalização e registro da cooperativa na junta comercial do Estado de Goiás. O engajamento dos incubadores foi importante para todas essas tarefas, assim como a confiança dos cooperados e cooperadas no projeto, ainda que alguns tivessem a essa altura buscado outros caminhos.

Ao final, a cooperativa obteve seu CNPJ e inscrição na junta comercial (tarefa 3), possibilitando sua contratação pelo poder público municipal para realizar a coleta seletiva com um caminhão alugado (tarefa 2). E também, após muita pressão e exigência, o município desocupou o galpão utilizado ilegalmente por um agente privado, possibilitando sua utilização pela Cooperativa Recicla Tudo. Desde então, a coleta seletiva e a cooperativa fazem parte do cotidiano da cidade.

Apesar de viabilizar o fechamento do lixão, pelo fato de que todas as pessoas que ali recolhiam materiais terem tido todo apoio, incentivo e orientação para fazerem parte da cooperativa, o poder público, até a presente data (setembro de 2021) ainda não conseguiu encerrar o lixão. Isso se deve a diversos fatores, sobre os quais o Coletivo de incubação não tem total poder de influência. O encerramento de lixões é um processo altamente complexo devido, entre outros, à cultura do lixo presente em todos os poros da sociedade capitalista. De todo modo, em relação à presença das pessoas nesse espaço, pode-se dizer que o processo de incubação conseguiu com sucesso possibilitar a entrada na cooperativa de todos e todas que trabalhavam individualmente no lixão e nas ruas da cidade. Essa foi uma passagem significativa, porque alterou drasticamente as relações de poder estabelecidas no setor. Estruturas informais de dependência que acentuam a exploração e a degradação eram agora contrapostas ao arranjo institucional de uma cooperativa, cuja filosofia se guia pela Economia Solidária.

#### **4 A situação atual e balanço da incubação**

Em 2021 a cooperativa conta com 9 cooperados e cooperadas que dividem entre si as diversas tarefas, que formam dois grandes blocos: a coleta (transporte dos materiais recicláveis separados pela população para o galpão) e triagem (manuseio dos materiais dentro do galpão e preparo para a venda).

A coleta pelos bairros da cidade é feita com o caminhão alugado pela cooperativa, que passa recolhendo os materiais recicláveis previamente dispostos na via pública pelos moradores. Neste aspecto houve e ainda há um trabalho permanente de conscientização ambiental e da importância da participação cidadã nesse projeto. O serviço de coleta seletiva

solidária é contratado pela prefeitura, quer dizer, a prefeitura paga à cooperativa para que ela faça o serviço de recolhimento desse material. Esse foi o primeiro contrato formal que a Recicla Tudo celebrou com uma outra entidade e ele foi fundamental para avançar para as próximas etapas na gestão dos resíduos sólidos.

O trabalho de triagem dentro do galpão era feito anteriormente em bancadas improvisadas de madeira muito frágeis, mas os próprios cooperados construíram uma bancada maior e bastante sólida, o que aumentou em muito a velocidade de triagem. Ainda há falta dos meios de produção elementares, como veículos de tração e elevação e prensa para os materiais serem compactados. Os equipamentos de segurança individual eram até certo momento fornecidos pela prefeitura e agora a cooperativa possui condições de adquiri-los por conta própria. Atualmente a cooperativa consegue, somando as entradas provenientes do serviço de coleta com as provenientes da venda dos materiais separados, garantir uma retirada de dois salários mínimos por mês em média para cada cooperado. Isso demonstra que o empreendimento funciona com sucesso, o que é reforçado pelo fato de que muitas pessoas querem agora se tornar cooperados, uma vez que a economia local não gera empregos suficientes para a população local.

A dimensão financeira é um aspecto de altíssima complexidade no processo formativo de um empreendimento econômico solidário. Aqui, o maior desafio é a formação da consciência de que cada cooperado não é um assalariado, mas sim co-proprietário do empreendimento. Notamos que é muito difícil ampliar a noção de que os membros da cooperativa são responsáveis não só por sua própria reprodução econômica, mas de toda a estrutura que viabiliza a continuidade do empreendimento. Em outras palavras, é um grande desafio mostrar que a dinâmica financeira da empresa não se reduz à manutenção da força de trabalho, mas também dos meios de produção. O fato de que, formalmente, a quota-parte individual é simbólica (R\$1,00, um Real) e que cooperativa registra na sua contabilidade apenas uma furadeira como bem de capital, expressa isso muito bem. A importância da formação de um fundo, tanto para ampliar a segurança da força de trabalho por meio do custeio de férias, licença, aposentadoria, etc, como para investimento (como a compra de um caminhão), é trabalhada com todo o cuidado, considerando o contexto socioeconômico dos cooperados e cooperadas.

O sucesso econômico da Recicla Tudo não é, no entanto, o maior trunfo do ponto de vista da Economia Solidária. Em nossa visão, a sustentabilidade econômica é importante sim, porém ela deve sempre estar subordinada ao processo de humanização e educação que ocorre ao longo de todo o processo de constituição de uma empresa que se pauta por valores alternativos aos valores individualistas do capitalismo. Durante toda a trajetória da formação dessa cooperativa, houveram momentos de tensão, desentendimento, conflitos e atritos. Em todas essas ocasiões, os princípios da Economia Solidária elencados por Paul Singer (2002) e sistematizados ordenadamente por Nunes (2009) nos orientaram teoricamente. Toda empreitada coletiva é cheia de desafios e a consciência de que estamos juntos é determinante para a superação dos mesmos, conforme metodologia esboçada por Paulo Freire ([1969] 1983).

## **5 Conclusão**

Em síntese, o processo de incubação comunitária de uma cooperativa de trabalho de catadores e catadoras na Cidade de Goiás é extremamente rico e continua em aberto. Diversas lições podem ser tiradas desse período de 2018 a 2021. Vamos elencar duas.

Primeiro, um grande aprendizado consiste em saber que a extensão vem antes da formalização. Ou seja, quando os agentes incubadores pretendem realizar suas ações de fomento da economia solidária, não devem se preocupar prioritariamente com a formalização das atividades. Existem situações em que pesquisadores, docentes e discentes buscam registrar projetos de extensão com objetivos muito nobres, mas que nem sempre se realizam. Para evitar situações assim, é mais seguro fazer acontecer primeiro, para depois proceder com a formalização burocrática de registro das atividades extensionistas nas Universidades. O foco na prática é um elemento determinante para que seja possível orientar toda pesquisa e ensino para a extensão, como ela realmente deve ser: concreta, transformadora, viva.

Segundo, relatamos que o contexto da pandemia de COVID-19, se por um lado impactou negativamente as ações, por outro lado, também foi uma das principais justificativas a partir de abril de 2020 para a implementação da coleta seletiva. Isso porque a contaminação viral por resíduos sólidos dispensados de modo misturado é real, de modo que a proteção dos catadores e catadoras dependia do avanço da gestão de resíduos no município. Essa circunstância possibilitou uma pressão adicional sobre o poder público, que em geral, é muito inerte em relação à PNRS devido a sua alta complexidade, principalmente em municípios pequenos. Como o contexto da contaminação por essa via permanece, acreditamos que essa manobra pode ser replicada em outras localidades, uma vez que a implementação da gestão de resíduos sólidos contribui para a promoção da saúde coletiva e diminui os riscos de contágio a partir do contato com materiais descartados de forma irregular no território do município.

## Referências

BRASIL. **Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010.** Política Nacional de Resíduos Sólidos.

DELGADO, A. F. (2005). Goiás: a invenção da cidade “Patrimônio da Humanidade”. *Horizontes Antropológicos*, ano 11, no. 23, pp. 113-143. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0104-71832005000100007> [12/05/2021]

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1969] 1983.

NUNES, Débora. **Incubação de empreendimentos de economia solidária.** Uma aplicação da pedagogia da participação. São Paulo: Annablume, 2009.

Singer, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2002.